



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB
SETOR ADMINISTRATIVO

SEMED - GNF
FOLHA 04
RUBRICA

Ilma. Senhora
NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB
Nesta,

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL		
1. UNIDADE SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB DE GOVERNADOR NUNES FREIRE/MA.		
2. PROC. ADM Nº 2021.12.20.0009		
3. Solicitamos abaixo: Contratação de Serviços		
4. ITEM	5. ESPECIFICAÇÃO	6. QUANTIDADE DE MESES
01	Locação de imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA.	12
7. JUSTIFICATIVA: O imóvel localizado na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, Zona Rural, no município de Governador Nunes Freire/MA, atende as finalidades precípuas desta Secretaria Municipal, o imóvel é o único capaz de satisfazer o interesse público, devido a sua localização e tamanho.		
8. UNIDADE/SETOR REQUISITANTE		
<i>Iolanda Borges Santos Almeida</i> Em, 20 de DEZEMBRO de 2021 IOLANDA BORGES SANTOS ALMEIDA Agente Administrativo		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SEMED - GNF
FOLHA 05
RUBRICA R

Governador Nunes Freire - MA, 20 de dezembro de 2021.

Ao Senhor
ALAILSON HOLANDA RODRIGUES
Engenheiro Civil

Prezado Senhor,

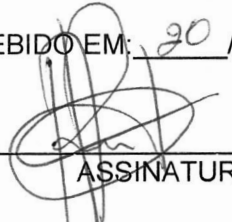
Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB, na locação de imóvel para funcionamento da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, venho por meio desta, solicitar à Vossa Senhoria que possa tomar as providências cabíveis correlacionadas à vistoria de um imóvel, localizado na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo no município de Governador Nunes Freire/MA, para uma possível contratação, com a finalidade de verificar e elaborar laudo com todos os dados referente ao imóvel, fazendo compor aos autos deste Processo administrativo nº 2021.12.20.0009.

Atenciosamente,



NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB

RECEBIDO EM: 20 / 12 / 21



ASSINATURA

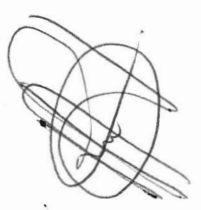


PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO

ESCOLA ZÉ DO BREJO

Alailson Holanda Rodrigues
Engenheiro Civil
CREA N° 111550051-5

Governador Nunes Freire
2021





PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA



LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO

1- REQUERENTE

Prefeitura Municipal de Governador Nunes Freire, CNPJ Nº 01.612.834/0001-10.

2- OBJETO

Trata-se da avaliação mercadológica de um imóvel, localizado na Avenida Principal no Povoado Zé do Brejo em Governador Nunes Freire.

3- PROPRIETÁRIO

Marcilene Brito Ribeiro

4- LOCAL, DATA E RESPONSÁVEL TÉCNICO

Governador Nunes Freire, 28 de Dezembro de 2021.

Alailson Holanda Rodrigues.

Eng. Civil CREA MA 111720051-5

5- DESCRIÇÃO DO OBJETIVO

Vistoria de avaliação no referido imóvel objetivando emitir parecer técnico quanto ao valor do aluguel do imóvel.

6- METODOLOGIA DO TRABALHO

Foi procedida vistoria que teve por finalidade a constatação das condições atuais do imóvel e terreno tais como: Tipo do piso, revestimentos, pintura, cobertura, defeitos ou vícios de construção.

7- VISTORIA

De acordo com a vistoria realizada por esta equipe técnica no local, constatamos as seguintes características do imóvel e passaremos a descrevê-las:

7.1- DIMENSÕES LIMITES

O imóvel em questão possui área construída de 49,85 m² e o terreno em questão possui área na forma geométrica de um polígono irregular de 150,97 m².

a) Área total construída-----

49,85 m ²

7.2- CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

O referido imóvel é construído por três salas e um banheiro e uma área de circulação, todos com piso em concreto magro e paredes de alvenaria pintadas em cal, a cobertura é em telha cerâmica com estrutura de madeira.

7.3- INFRA-ESTRUTURA DO LOCAL

A zona onde está localizado o imóvel está inserida na zona rural e é servida por rede de água e energia elétrica.

a) **DESEMPENHO DO MERCADO:** NORMAL

b) **ABSORÇÃO:** NORMAL

c) **NÚMERO DE OFERTAS:** BAIXO

d) **NÍVEL DE DEMANDA:** BAIXO

e) **CLASSIFICAÇÃO QUANTO A LIQUIDEZ:** NORMAL

8- CONCLUSÃO

Em virtude do estado de conservação e em função dos cálculos do anexo I, desse laudo, estipulamos o valor do referido aluguel em R\$ 400,00 (Quatrocentos reais).

ANEXO I
 DESCRIÇÃO TÉCNICA

1) MÉTODO EMPREGADO

Para a avaliação do aluguel do imóvel foi utilizado o método comparativo direto com homogeneização por fatores, conforme descrito na Norma Brasileira NBR-14653. Por este método, o imóvel é avaliado por comparação com imóveis de características semelhantes, cujos respectivos valores unitários (por m²) são ajustados com fatores que tornam a amostra homogênea. O sanamento dos valores amostrais foi feito utilizando-se o Critério Excludente de Chauvenet e o tratamento estatístico fundamentou-se na Teoria das pequenas Amostras (n<30) com a distribuição 't' de Student com confiança de 80%, consoante com a Norma Brasileira. **Nenhum fator de tratamento foi inserido na amostra desta avaliação.**

2) IMÓVEIS AMOSTRADOS PARA COMPARAÇÃO

2.1- IMÓVEL 1

Um imóvel com cozinha, três salas, área de serviço, depósito e varanda e dois halls com piso em concreto magro, todos com paredes pintadas com cal.

a) Área total construída-----	45,00 m ²
b) Valor do aluguel-----	360,00 R\$
c) Valor por metro quadrado-----	8,00 R\$/m ²

2.2- IMÓVEL 2

Um imóvel com três quartos, sala e cozinha integrados, banheiro, área de circulação e área livre, em alvenaria de tijolos cerâmicos, com cobertura em telha cerâmica com estrutura de madeira.

a) Área total construída-----	43,00 m ²
b) Valor do aluguel-----	350,00 R\$
c) Valor por metro quadrado-----	8,14 R\$/m ²

2.3- IMÓVEL 3

Um imóvel com três salas, depósito e uma área de hall com paredes com pintura à base d'água, um banheiro com revestimento cerâmico no piso e paredes, todos com cobertura em telha colonial e estrutura de madeira.

a) Área total construída-----	48,00 m ²
b) Valor do aluguel-----	390,00 R\$
c) Valor por metro quadrado-----	8,13 R\$/m ²

3) HOMOGENEIZAÇÃO

Imóvel	R\$/m ²	R\$/m ² homog.
1	8,00	8,00
2	8,14	8,14
3	8,13	8,13

Valores homogeneizados (X), em R\$/m²

Média: $X = \sum(X_i)/n$

$X = 8,09$

Desvio padrão: $S = \sqrt{(\sum(X - X_i)^2)/(n-1)}$

$S = 0,08$

4) VERIFICAÇÃO DOS VALORES PELO CRITÉRIO EXCLUDENTE DE CHAUVENET.

O quociente entre o desvio (d) de cada amostra e o desvio padrão deve ser menor que o valor crítico (VC), fornecido pela tabela de Chauvenet. Ou seja, $d = |X_i - X|/S < VC$, o valor crítico para as 3 amostras, pela tabela de Chauvenet é $VC = 1,38$.

Amostra	Desvio (d)	Situação
1	1,15	Pertinente
2	0,67	Pertinente
3	0,48	Pertinente

4) CÁLCULO DA AMPLITUDE DO INTERVALO DE CONFIANÇA.

Os limites do intervalo de confiança (Li e Ls) são os extremos dentro dos quais teoricamente, um valor tem 80% de chance de se encontrar. Eles são determinados pelas fórmulas $Li = X - tc*S/\sqrt{(n-1)}$ e $Ls = X + tc*S/\sqrt{(n-1)}$, onde tc é o valor da Tabela de Percentis de Distribuição t de Student, para 80% de confiança e 2(n-1) graus de liberdade.

Limite inferior do intervalo de confiança: $Li = X - tc*S/\sqrt{(n-1)}$

$Li = 7,99$

Limite superior do intervalo de confiança: $Ls = X + tc*S/\sqrt{(n-1)}$

$Ls = 8,19$

5) CÁLCULO DO CAMPO DE ARBITRIO

Considerando-se a pequena dilatação do intervalo de confiança, o campo de arbítrio é idêntico ao intervalo de confiança sendo portanto de R\$ 7,99 a R\$ 8,19.



6) TOMADA DE DECISÃO SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO ALUGUEL DO IMÓVEL AVALIADO.

Obs: O perito tem liberdade para determinar o valor unitário dentro do campo de arbítrio. Como sugestão, estamos utilizando o critério da média de valores dentro do campo de arbítrio.

- a) Valor unitário do aluguel do imóvel avaliado-----
- b) Valor final aluguel-----

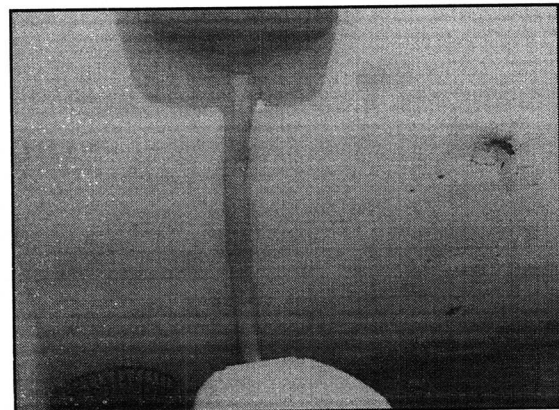
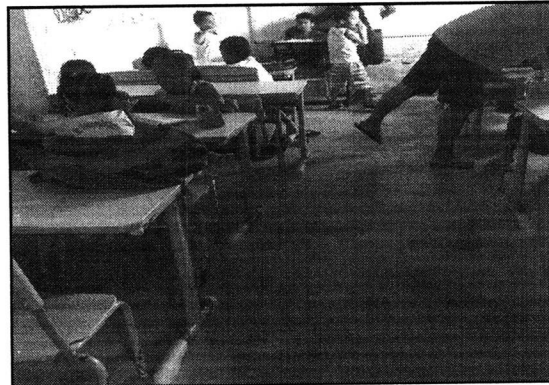
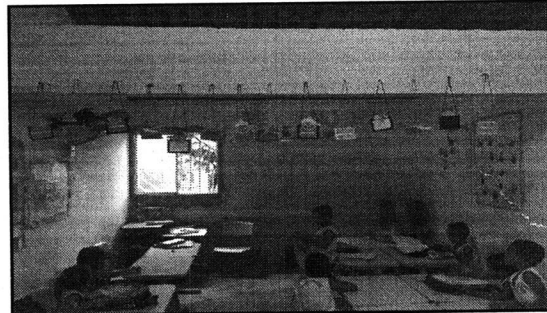
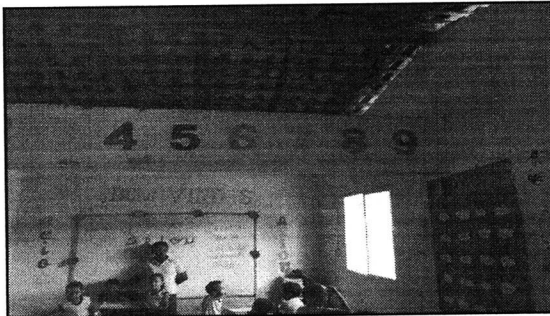
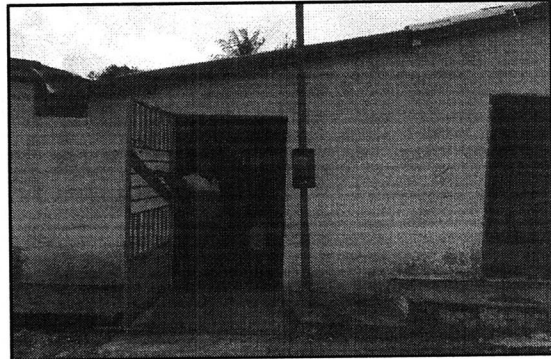
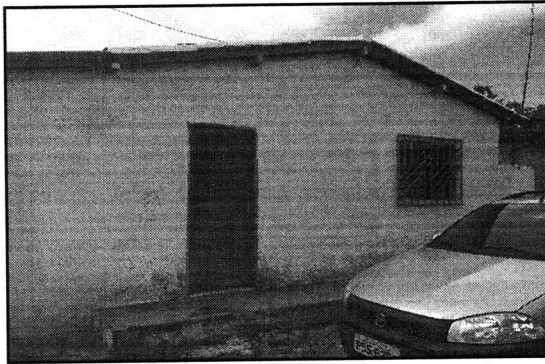
8,09 R\$/m ²
403,20 R\$

Valor do aluguel do imóvel avaliado adotado:

400,00 R\$


Governador Nunes Freire, 28 de Dezembro de 2021.
Alarison Holanda Rodrigues.
Eng. Civil - CREA/MA 111720051-5

ANEXO II
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SEMED - GNF
FOLHA 12
RUBRICA R

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL)

De acordo com o artigo 24, inciso X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94), assim sendo solicitamos que seja procedido o processo de Dispensa de Licitação, conforme preceitua o artigo supracitado.

A escolha do imóvel deve-se ao fato de o mesmo atender os interesses da Administração Pública que, visando o funcionamento da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, naquele local, buscou o mais adequado possível, estando o mesmo situado na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo no município de Governador Nunes Freire/MA. O poder executivo não possui imóveis disponíveis para este fim, assim sendo, buscou-se um imóvel vocacionado para tal intuito, tendo este uma ótima localização, isto é, o que facilita o acesso da população residente naquela localidade. Os recursos necessários para o referido pagamento são provenientes da manutenção e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB

Desde já agradecemos as providências.

Governador Nunes Freire/MA, 28 de dezembro de 2021

NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SEMED - GNF
FOLHA 13
RUBRICA

Governador Nunes Freire/MA, 28 de dezembro de 2021

Ao
Setor de Execução Contábil
Prefeitura Municipal de Governador Nunes Freire - MA

Pelo presente, solicito a esse setor de execução contábil que informe a disponibilidade orçamentária e rubrica para ocorrer à despesa visando à Locação de imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Povoado Zé do Brejo no município de Governador Nunes Freire/MA.

Ressalto que o custo mensal estimado conforme o laudo de avaliação do imóvel é de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais). Totalizando o custo total para 12 (doze) meses de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

Atenciosamente,

NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB

RECEBIDO EM: 28 / 12 / 21

ASSINATURA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 01.612.834/0001-10
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

SEMED - GNF
FOLHA 34
RUBRICA 2

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


OBJETO: Contratação de Pessoa Física para Locação de Imóvel para o Funcionamento da Escola de Educação de Ensino Fundamental Zé do Brejo, Localizado na Avenida Principal, s/n, Povoado Zé do Brejo, Município de Governador Nunes Freire/MA, para atender a demanda da Secretaria de Educação - FUNDEB.

Declaramos a existência de dotação orçamentária com saldo suficiente para arcar com as despesas conforme abaixo:

02.12 – Fundo de Man. e Desenv. da Educação Básica. - FUNDEB.
12.361.0085.2057..0000 – Manutenção e Funcionamento da Educação Básica – FUNDEB 30%
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Saldo Orçamentário R\$ 113.985,00
Valor suplementado Não(X) Sim ()

Informe, outro sim que a despesa tem compatibilidade com a Lei de diretrizes orçamentária e com o plano plurianual.

Governador Nunes Freire/MA, 28 de dezembro de 2021.



Marisângela Rodrigues de Sousa
Departamento de Contabilidade



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

FOLHA 15
RUBRICA 2

**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA
(Inciso II, Art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000)**

OBJETO: Locação de imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA. Na qualidade de ordenador de despesa, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequações orçamentaria e financeira com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO).

Governador Nunes Freire/MA, em 29 de dezembro de 2021

NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SEMED - GNF
FOLHA 16
RUBRICA 2

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, **NILDEMAR MESQUITA LAGO**, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do Art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, **DECLARO** existir adequação orçamentária e financeira para atender o presente objeto, cujas despesas serão empenhadas nas Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO – 02 Poder Executivo
02.12 – Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica - FUNDEB
12.361.0085.2057.0000 – Manutenção e Funcionamento da Educação Básica – FUNDEB 30%
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Saldo Orçamentário R\$ 113.985,00
Valor suplementado Não (X) Sim ()

As referidas despesas estão adequadas a Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Atribui-se um custo estimado anual de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

Governador Nunes Freire/MA, em 29 de dezembro de 2021



NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SEMED - GNF
FOLHA 17
RUBRICA

DECLARAÇÃO SOBRE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Declaro, para os fins no inciso I do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro da contratação pretendida sobre a previsão de despesas em que ocorrerá a futura contratação, cujo objeto é a Locação de imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Povoado Zé do Brejo, Zona Rural, no município de Governador Nunes Freire/MA, tem índice de comprometimento orçamentário-financeiro no exercício de 2022 conforme planilha abaixo:

TOTAL DA DESPESA ORÇADA PARA O EXERCÍCIO 2022	R\$ 109.111.626,34
ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA	R\$ 4.800,00
PERCENTUAL DO IMPACTO DA CONTRATAÇÃO ESTIMADA SOBRE A DESPESA ORÇADA PARA O EXERCÍCIO.	0,004%
DESPESA ORÇADA PARA O FUNDEB	R\$ 27.350.000,00
ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA	R\$ 4.800,00
PERCENTUAL DO IMPACTO DA CONTRATAÇÃO ESTIMADA SOBRE A DESPESA ORÇADA PARA O FUNDEB	0,017%

Declaramos ainda, que a referida despesa não causará impacto orçamentário nos dois exercícios subsequentes.

Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB de Governador Nunes Freire/MA, em 29 de dezembro de 2021



NILDEMAR MÉSQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

AUTORIZAÇÃO

Eu, **NILDEMAR MESQUITA LAGO**, Secretária Municipal de Educação/FUNDEB, no uso de minhas atribuições legais, **AUTORIZO** a Locação do imóvel de propriedade da Sra. MARCILENE BRITO RIBEIRO, portadora do RG nº 24650322003-7, CPF nº 052.452.383-57, localizado na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo no valor mensal da locação em R\$ 400,00 (Quatrocentos reais). Totalizando o custo total para 12 (doze) meses de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais), conforme laudo de avaliação técnica, apresentada em anexa ao processo de Dispensa de Licitação. **Atendendo os requisitos do inciso X, do art. 24, Lei nº 8.666/93).**

Governador Nunes Freire/MA, 03 de janeiro de 2022



NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS

NOME: MARCILENE BRITO RIBEIRO
ENDEREÇO: Rua do Campo, s/nº, Povoado Zé do Brejo, Zona Rural
CIDADE: Governador Nunes Freire/MA
REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022

Prezado Senhor,

Para tanto solicitamos que nos envie com o máximo de urgência, Proposta de preço de aceitação do valor, conforme laudo de avaliação e vistoria técnica do imóvel, realizado pelo setor de engenharia deste município, conforme anexo I, onde deverá encaminhar junto com a proposta de preços para a Prefeitura Municipal de Governador Nunes Freire/MA, a documentação citada a baixo.

- Cópia do RG e CPF;
- Comprovante de Energia;
- Cadastro do CPF;
- Certidão Negativa de Tributos Federais;
- Certidão Negativa de Tributos Trabalhista;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- Certidão Negativa do Imóvel;
- Dados Bancários

Ao ensejo, envio protestos de estima, consideração e apreço.

Governador Nunes Freire/MA, 03 de janeiro de 2022

NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB

RECEBIDO EM 03 / 01 /2022

RESPONSÁVEL: Marcilene B. Ribeiro
Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

ANEXO I

À
Ilma. Senhora
NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB

1. NOME:
2. CPF:
3. ENDEREÇO:
4. CIDADE:
5. REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022

PROPOSTA DE PREÇOS DE ACEITAÇÃO DO VALOR

Conforme laudo de avaliação e vistoria técnica, declaro que aceito o valor do Aluguel referente ao prédio localizado na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, proposto em R\$ 400,00 (Quatrocentos reais). Totalizando o custo total para 12 (doze) meses de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

_____ (MA). ____ de _____ de 2022

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXXXXXX

DOCUMENTAÇÃO

FOLHA 24
RUBRICA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME **MARCELENE BRITO RIBEIRO**



FILIAÇÃO
**RAIMUNDO BRIGIDO RIBEIRO E MARIA RITA
BRITO RIBEIRO**

DATA NASCIMENTO **16/12/1989** ORGÃO EXPEDIDOR **SSP/MA** FATOR RH ******

NATALIDADE
CÂNDIDO MENDES - MA

OBSERVAÇÃO

Marcelene Brito Ribeiro
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI N. 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF **05245238357** DNI **P-100** VIA-02
REGISTRO GERAL **024650322003-7** DATA DE EXPEDIÇÃO **09/09/2020**
REGISTRO CIVIL
NASC. N.24316 FLS. 133 LIV. 25-A CÂNDIDO MENDES MA 2 OFC

T. ELEITOR / ZONA / SEC CTPS / SERIE / UF
062613131180/101/0018 88736 /00036/MA
NIS / FIS / PASEP IDENTIDADE PROFISSIONAL
16372090113
CERT. MILITAR

CNH
CNS
700207427147122



MAI810731843

FABIO SERGIO VIEIRA CASTRO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.



Alameda A. Qd 505, nº 100,
Loteamento Orlas de Alto do Calhau, São Luís - MA
CEP: 65.070-900
Insc. Estadual 120.51511-3 CNPJ: 06.272.792/0001-84

SUB GRUPO: B1
TIPO DE TARIFA: CONVENCIONAL MONOFASICA TENSÃO NOMINAL: 220 V - MO
CLASSIFICAÇÃO: Resid. Baixa Renda
SUBCLASSE: RESIDENCIAL BAIXA RENDA

TIPO DE FORNECIMENTO:
Monofásico
INSTALAÇÃO: 4868110
UL/SEQ: GF048010-2260

MARCILENE BRITO RIBEIRO

Para atendimento
informe este número

R. J. DE MATO 770 CENTRO 65284 000 GOVERNADOR NUNES F
REIRE RUA
C/P: ***.452.38**

Conta Contrato
3004653253

1000131430

Conta mês 12/2021	Total a pagar R\$ 85,50	Vencimento 16/12/2021
----------------------	----------------------------	--------------------------

Nota Fiscal | Fatura de Energia Elétrica | Série B: 000641401
Número da Fatura: 0202112000641401 | CLOP: 5258/AA
Data de Emissão: 09/12/2021

Sua média de consumo separado até 02/21 e de 131,43 kWh. * Períodos: Band. Tarif.: Amarela : 09/11 - 30/11 Verde : 01/12 - 09/12 * BENEF. IAR. SOCIAL RES 414/10 R\$ 30,73

Datas das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	08/11/2021	09/12/2021	31	07/01/2022

Itens de fatura	Quantidade	Tarifa	Valor
Fornecimento			
Consumo	30	0,204175	6,12
Consumo	70	0,357852	25,05
Benefício Tarifário Bruto			30,73
Adicional Bandeira			1,13
ICMS			22,41
PIS			1,06
COFINS			4,91

Itens financeiros	Valor
Benefício Tarifário Líquido	30,73
Cip. Trib. Pub. Prof. Munic.	4,14

Consumo/kWh	Gráfico de Consumo	Nº DIAS FAT	Tabela de Cálculo (R\$)			
			Tabela	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
			ICMS	112,00	20,0000	22,41
			PIS	33,68	3,1683	1,06
			COFINS	39,68	12,3544	4,91

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
1250004118	Consumo	Ativo Total	24.222	24.460	1,00	138

Fator de Potência	Perdas no Ramal	Resolução ANEEL	Apresentação	Nº do Programa Social
0	0,00 %	2925/21	09/12/2021	16372090113

Reaviso de Vencimento

Informações para o cliente





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **052.452.383-57**

Nome: **MARCILENE BRITO RIBEIRO**

Data de Nascimento: **16/12/1989**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **25/02/2009**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:51:30** do dia **04/01/2022** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **0F1B.5D34.6A26.CA67**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MARCILENE BRITO RIBEIRO
CPF: 052.452.383-57

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:52:09 do dia 04/01/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/07/2022.

Código de controle da certidão: **C671.0AFD.E4A1.9028**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARCILENE BRITO RIBEIRO

CPF: 052.452.383-57

Certidão nº: 136176/2022

Expedição: 04/01/2022, às 11:53:01

Validade: 02/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARCILENE BRITO RIBEIRO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **052.452.383-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

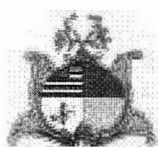
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 000829/22

Data da Certidão: 04/01/2022 11:52:55

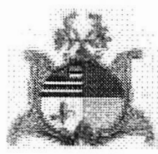
CPF/CNPJ 05245238357 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE
CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, obstando pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 04/05/2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 000467/22

Data da Certidão: 04/01/2022 11:53:31

CPF/CNPJ CONSULTADO: 05245238357

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 04/05/2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



**PREFEITURA DE GOVERNADOR NUNES
FREIRE**

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

CNPJ: 01.612.834/0001-10

Rua do Varejão, nº 125, Centro, Governador Nunes Freire - MA,

SEMED - ONF
FOLHA 31
RUBRICA



04/01/2022 13:41:21
USUÁRIO:ATENDENTE04

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 17/2022
AUTENTICAÇÃO:MG1C-DI93**

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, que o Sr(a): **MARCILENE BRITO RIBEIRO**, devidamente Inscrito(a) sob o CPF **052.452.383-57**, residente à **RUA DO CAMPO, S/N VILA SÃO SEBASTIÃO**, encontra-se quites com os tributos municipais. O Requerente pretende com esta, fazer prova de Quitação de Tributos, não podendo ser usado para outros fins.

A Referida Certidão terá validade até **03/07/2022**.

Ressalvado à Prefeitura o direito de cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

GOVERNADOR NUNES FREIRE-MA, 04/01/2022.



**PREFEITURA DE GOVERNADOR NUNES
FREIRE**

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
CNPJ: 01.612.834/0001-10
Rua do Varejão, nº 125, Centro, Governador Nunes Freire - MA,

SEMED - GNF
FOLHA 32
RUBRICA R



04/01/2022 13:40:01
USUÁRIO:ATENDENTE04

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 16/2022
AUTENTICAÇÃO:W6LV-VHUG

CERTIFICAMOS para os devidos fins de direito que o imóvel com inscrição imobiliária Nº. **02-01-014-0001-000** de propriedade de **05245238357 MARCILENE BRITO RIBEIRO**, situado na **AV PRINCIPAL, S/N POVOADO ZÉ DO BREJO** nada consta no que diz respeito aos débitos do referido imóvel.

Outrossim, o referido imóvel está em dias com a municipalidade até a presente data em que está sendo expedido este documento, o qual terá validade até **03/07/2022**.

GOVERNADOR NUNES FREIRE-MA, 04/01/2022.

PROPOSTA DE PREÇOS

À
Ilma. Senhora
NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB
Governador Nunes Freire/MA

- 1. NOME: MARCILENE BRITO RIBEIRO**
- 2. CPF: 052.452.383-57**
- 3. ENDEREÇO: Rua do Campo, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo**
- 4. CIDADE: Governador Nunes Freire/MA**
- 5. REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022**

PROPOSTA DE PREÇOS DE ACEITAÇÃO DO VALOR

Conforme laudo de avaliação e vistoria técnica, declaro que aceito o valor do Aluguel referente ao prédio localizado na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, para o funcionamento da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, proposto em R\$ 400,00 (Quatrocentos reais). Totalizando o custo total para 12 (doze) meses de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

Governador Nunes Freire (MA) 04 de janeiro de 2022


MARCILENE BRITO RIBEIRO
CPF nº 052.452.383-57



PARECER JURÍDICO Nº 0501005/2022 - PGM

À
SRA. NILDEMAR MESQUITA LAGO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

PROCESSO nº 2021.12.20.0009

ASSUNTO: Contratação Direta por Dispensa de Licitação

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB.

OBJETO: Parecer no que tange à Locação de Imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA.

RELATÓRIO

Versam-se os autos do Processo Administrativo nº **2021.12.20.0009**, tratando sobre a possibilidade de **Locação do Imóvel** localizado na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, de interesse da **Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB**.

Justifica-se "O imóvel localizado na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, atende as finalidades precípuas da Administração, o Imóvel é o único capaz de satisfazer o interesse público, devido a sua localização e o fácil acesso a Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB de Governador Nunes Freire/MA".

Eis o breve relatório, Segue o PARECER.

Consta, nos autos, que o custo dos serviços está orçado no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), mensais, bem como a informação da dotação orçamentária, sob as rubricas: 3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, e a devida autorização pela Autoridade Superior.

Nos autos foi juntado o Laudo de Avaliação Para Fins de Locação de Imóvel contendo os elementos necessários à caracterização do objeto, prazo, investimento, forma de pagamento e justificativa da contratação, devidamente aprovado.

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, formulado pela Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB. Assim sendo, verifica-se que a futura locatária apresentou Proposta de preço de aceitação do valor, conforme laudo de avaliação e vistoria técnica do imóvel, realizado pelo setor de engenharia deste município, conforme consta nos autos valor mensal da locação em R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), pelo período de 12 (doze) meses, totalizando um valor global locativo de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais), com fito de prever o valor global acima citado, quando da abertura dos orçamentos em seu respectivo ano.

P. G. M.

Rua do Varejão, nº 115, Centro, CEP 65.284-000, Gov. Nunes Freire, Maranhão, Brasil.

CNPJ nº 01.612.834/0001-10 // Home Page: governadornunesfreire.ma.gov.br

Página 1 de 4



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 01.612.834/0001-10
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O processo foi encaminhado a esta Procuradoria Geral do Município para manifestação.

Estes são os fatos que merecem destaque. É o relatório. Passa-se a opinar.

NO MÉRITO

Preliminarmente, reflete-se no princípio da impessoalidade da Administração Pública quando da obrigatoriedade da realização do certame licitatório (art. 37, XXI, CF/88), que vem assegurar a igualdade e oportunidade de participação pública aos licitantes nas contratações feitas pelo Poder Público. Entretanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos específicos de contratação direta. Essa excepcionalidade não foi deliberadamente espontânea, mas sim tão-somente quando a licitação se torna desnecessária ou logicamente inviável.

Nos casos em que a licitação viria somente sacrificar o interesse público, a contratação direta se mostra oportuna somente em estrita observância aos casos nomeados nos artigos 24 e 25 da norma que rege as licitações e determinados conforme a questão. No caso em apreço, consigna-se que a contratação requerida poderá ser firmada no instituto da **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, tendo em vista que, nessa hipótese, por se tratar da via mais econômica, vez que não haveria a necessidade de publicação do ato na imprensa oficial, deverá ser adotada, conforme preconiza a Lei de Licitações e Contratos (Lei Nº 8.666/1993):

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades preteritas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

*II – Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, **locação de bens**, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais. (grifou-se).*

Em cotejo ao permissivo legal colacionado, é possível verificar a imposição de determinados requisitos que devem ser assinalados visando conferir regularidade à contratação pretendida, quais sejam: a) instalações que comportem o aparato Administrativo; b) localização; c) compatibilidade dos valores praticados no mercado, através de avaliação prévia.

P. G. M.

Rua do Varejão, nº 115, Centro, CEP 65.284-000, Gov. Nunes Freire, Maranhão, Brasil.

CNPJ nº 01.612.834/0001-10 // Home Page: governadornunesfreire.ma.gov.br

Página 2 de 4



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 01.612.834/0001-10
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Nesta trilha, a Administração Pública, visando satisfazer seu desiderato, observando condições mínimas (instalações e localidade) inerentes à função desempenhada, encontrando apenas um imóvel apropriado, e, desde que seu valor seja compatível com os praticados no mercado, poderá efetivar a Dispensa de Licitação com fulcro no dispositivo legal mencionado. Neste teor, com o intuito de corroborar tal entendimento, consignamos à presente peça posicionamento do ilustre doutrinador Jessé Torres, que explicita:

“Em princípio, a Administração compra ou loca mediante licitação..., tais e tantas podem ser as contingências do mercado, variáveis no tempo e no espaço, a viabilizarem a competição. Mas se a operação tiver por alvo imóvel que atenda a necessidades específicas cumuladas de instalação e localização do serviço, a área de competição pode estreitar-se de modo a ensejar a dispensa... Nestas circunstâncias, e somente nelas, a Administração comprará ou locará diretamente, inclusive para que não se frustrate a finalidade a acudir” (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, 5a Edição, pag. 277).

Verifica-se, portanto, a necessidade de contratação direta do objeto requerido, por dispensa de licitação, **diante da justificativa constante dos autos.**

Para Diógenes Gasparini, a excepcionalidade se justifica pela natureza da atividade administrativa e pelas especificidades requeridas do imóvel, que acabam por torná-lo um "bem singular", nas palavras do autor:

[...] quando, por exemplo, a natureza do serviço exige do imóvel onde será instalado certas características (altura do pé-direito, natureza da construção), tanto quanto o é a localização (próximo a um serviço já instalado), por exemplo. Com essa indicação a Administração Pública torna o bem singular; não há outro bem que possa atender aos seus reclamos, e em razão disso pode-se comprá-lo ou locá-lo sem licitação. A hipótese só prestigia a entidade que, em tese, está obrigada a licitar, quando compradora ou locatária. Quando vendedora de bem imóvel, a disciplina é a estatuída no art. 17 do Estatuto Federal Licitatório e quando locadora, a regra é a licitação, dado que seu bem pode interessar a mais de uma pessoa, salvo a hipótese da alínea f do inciso I desse artigo.

Assim, satisfazendo devidamente as exigências supras, não vislumbramos nenhum óbice à contratação ora em testilha referida por meio do procedimento de Dispensa de Licitação, considerando que os demais requisitos legais foram satisfeitos para o presente procedimento.

CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, estando o processo corretamente instruído e o pleito amparado no Artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93, **OPINA-SE pela regula-**

P. G. M.

Rua do Varejão, nº 115, Centro, CEP 65.284-000, Gov. Nunes Freire, Maranhão, Brasil.

CNPJ nº 01.612.834/0001-10 // Home Page: governadornunesfreire.ma.gov.br

Página 3 de 4



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 01.612.834/0001-10
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

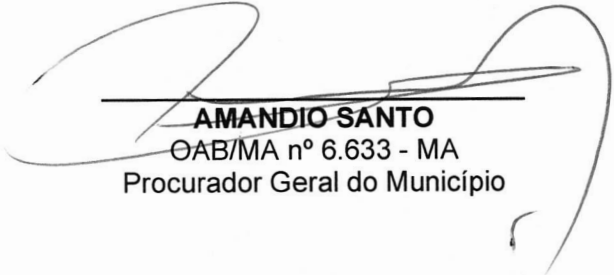
riedade da contratação ora pretendida, fundada no instituto da Dispensa de Licitação para Locação de imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, tendo vista está comprovado nos autos o *atendimento de finalidade precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, com preço compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia*, tudo nos termos da Lei Federal retromencionada, sendo imperativo à Administração praticar os atos necessários ao objetivo pretendido, em conformidade com os princípios insertos no “caput” do art. 37, da Constituição Federal de 1988, bem como na legislação pertinente à matéria.

Este parecer contém 04 laudas, todas rubricadas pelo signatário.

Encaminhem-se os autos a Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB para conhecimento e adoção das providências cabíveis. Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência.

SMJ.. **É o parecer**, remeto à apreciação do órgão solicitante para análise e deliberação.

Governador Nunes Freire/MA, 05 de janeiro de 2022.



AMANDIO SANTO
OAB/MA nº 6.633 - MA
Procurador Geral do Município

P. G. M.



TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos no Processo Administrativo nº 2021.12.20.0009, RATIFICO a Dispensa de Licitação N° 005/2022 reconhecida pela Procuradoria Geral do Município, para contratar com a Sra. MARCILENE BRITO RIBEIRO, CPF nº 052.452.383-57, objetivando a Locação de Imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA.

Essa Termo se fundamenta no inciso X do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93.


O valor global do contrato é de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais), para prever o valor mensal da locação em R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), que será pago com recursos do Programa de Trabalho:

ÓRGÃO – 02 Poder Executivo
02.12 – Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica - FUNDEB
12.361.0085.2057.0000 – Manutenção e Funcionamento da Educação Básica – FUNDEB 30%
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Saldo Orçamentário R\$ 113.985,00
Valor suplementado Não (X) Sim ()

Sendo assim, retifico o presente termo e autorizo a realização da DESPESA e determinando o respectivo EMPENHO.

Nesta oportunidade, determino a publicação deste ato.

Governador Nunes Freire/MA, 06 de janeiro de 2022



NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022**

PROCESSO nº 2021.12.20.0009. **DISPENSA DE LICITAÇÃO** nº. 005/2022. **OBJETO:** Locação de Imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, a **Sra. MARCILENE BRITO RIBEIRO, CPF nº 052.452.383-57. VALOR TOTAL: R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais)**, para prever o valor mensal da locação em **R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO - 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica - FUNDEB. 12.361.0085.2057.0000 - Manutenção e Funcionamento da Educação Básica - FUNDEB 30%. 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993. Ratificação em: 07/01/2022. **NILDEMAR MESQUITA LAGO** - Secretária Municipal de Educação/FUNDEB. Governador Nunes Freire/MA, 06 de janeiro de 2022.))

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022**EXTRATO DE CONTRATO Nº 0701005/2022**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022. OBJETO: Locação de imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, **VALOR TOTAL:** O valor do aluguel mensal é de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), perfazendo o valor global por 12 meses de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO: 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica - FUNDEB. 12.361.0085.2057.0000 - Manutenção e Funcionamento da Educação Básica - FUNDEB 30%. 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **PARTES:** Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB, representada pela **Sra. NILDEMAR MESQUITA LAGO**, pela LOCATÁRIO(A) e a **Sra. MARCILENE BRITO RIBEIRO, CPF nº 052.452.383-57**, denominado LOCADOR(A). Governador Nunes Freire/MA, 07 de janeiro de 2022.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022**

PROCESSO nº 2021.12.20.0007. **DISPENSA DE LICITAÇÃO** nº 006/2022. **OBJETO:** Locação de Imóvel para o funcionamento da Escola de Educação Infantil

Girassol, localizada na Rua São Francisco, nº 22, Bairro JK, no município de Governador Nunes Freire/MA, a **Sra. ANTONIA CARVALHO DE SOUSA, CPF nº 012.058.733-50. VALOR TOTAL: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)**, para prever o valor mensal da locação em **R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO - 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica. 12.365.0085.2073.0000 - Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil - FUNDEB 30%. 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993. Ratificação em: 06/01/2022. **NILDEMAR MESQUITA LAGO** - Secretária Municipal de Educação/FUNDEB. Governador Nunes Freire/MA, 06 de janeiro de 2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022**EXTRATO DE CONTRATO Nº 0701006/2022**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022. OBJETO: Locação de imóvel para o funcionamento da Escola de Educação Infantil Girassol, localizada na Rua São Francisco, nº 22, Bairro JK, no município de Governador Nunes Freire/MA, **VALOR TOTAL:** O valor do aluguel mensal é de R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global por 12 meses de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO - 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica. 12.365.0085.2073.0000 - Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil - FUNDEB 30%. 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **PARTES:** Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB, representada pela **Sra. NILDEMAR MESQUITA LAGO**, pela LOCATÁRIA e a **Sra. ANTONIA CARVALHO DE SOUSA, CPF nº 012.058.733-50**, denominado LOCADOR(A). Governador Nunes Freire/MA, 07 de janeiro de 2022.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2022**

PROCESSO nº 2021.12.20.0020. **DISPENSA DE LICITAÇÃO** nº. 007/2022. **OBJETO:** Locação de Imóvel para o funcionamento da Escola de Educação Infantil Faixa do Clóvis, localizada na Rua Principal, s/nº, Zona Rural Povoado Faixa do Clóvis, no município de Governador Nunes Freire/MA, ao **Sr. FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO, CPF nº 515.747.803-87. VALOR TOTAL: R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)**, para prever o valor mensal da locação em **R\$ 300,00 (Trezento reais)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO - 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. d Educação Básica. 12.365.0085.2073.0000 - Manutenção

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTA DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<http://governadornunesfreire.ma.gov.br/transparencia/diario>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 7a96cff1ea0ca21b2f7f23dff8d5626fea4fbd3d

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

O Município de Governador Nunes Freire/MA, através da Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB, convoca a Sra. **MARCILENE BRITO RIBEIRO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº **24650322003-7**, e CPF nº **052.452.383-57**, residente e domiciliada na Rua do Campo, s/nº, Zona Rural, Povoado Vila São Sebastião, Governador Nunes Freire/MA, para assinatura do Contrato referente ao processo de Dispensa de Licitação nº 005/2022 referente a Locação de um prédio para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Governador Nunes Freire/MA, 06 de janeiro de 2022.

NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB

RECEBI EM 06 / 01 2022.

MARCILENE BRITO RIBEIRO
CPF nº 052.452.383-57



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SEMED - GNF
FOLHA 59
RUBRICA 2

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0701005/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021.12.20.0009
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022
CONTRATO Nº 0701005/2022

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB E O(A) SR(A). MARCILENE BRITO RIBEIRO.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE/MA, inscrito no CNPJ nº 01.612.834/0001-10, através da Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB, inscrito no CNPJ nº 30.024.417/0001-55, com sede na Rua Capitão Magalhães, nº 434, Centro, Governador Nunes Freire/MA, neste ato representado pela, **Sra. NILDEMAR MESQUITA ALGO**, portadora da célula de Identidade, RG nº RG nº 125805619991 SSP/MA e CPF nº 571.787.633-53, doravante denominado simplesmente **LOCATÁRIO(A)**, e o(a) senhor(a), **MARCILENE BRITO RIBEIRO**, portadora da Cédula de Identidade **RG nº 24650322003-7, CPF nº 052.452.383-57**, residente e domiciliada na Rua do Campo, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, Governador Nunes Freire/MA, denominado **LOCADOR(A)**, neste ato representado por seu proprietário acima citada, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 2021.12.20.0009**, e o **Termo de Dispensa de Licitação nº 005/2022**, com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 1993, e na Lei nº 8.245, de 1991, bem como demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O contrato tem como objeto a Locação de imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA.

Parágrafo único - Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o **Termo de Dispensa de Licitação nº 005/2022** e a proposta do LOCADOR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presente contrato foi firmado mediante dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza na hipótese de “compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR

A LOCADOR obriga-se a:

- I. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;
- II. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da Administração;
- III. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
- IV. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- V. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- VI. Fornecer à LOCATÁRIA descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- VII. Fornecer à LOCATÁRIA recibo discriminado das importâncias pagas, vedada à quitação genérica;
- VIII. Pagar as taxas de administração imobiliária se houver e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente ou de seu fiador;
- IX. Pagar as despesas extraordinárias, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do imóvel, como, por exemplo:
 - a. Obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;
 - b. Pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;
 - c. Obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do imóvel;
 - d. Indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;
 - e. Instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;
 - f. Despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;
 - g. Constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias;
- X. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU) e taxas, inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, incidentes sobre o imóvel;
- XI. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas de **combate a incêndio e rede de lógica**, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica;
- XII. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;
- XIII. Exibir à LOCATÁRIA, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;
- XIV. Pagar o prêmio de seguro complementar contra fogo;



- XV. Providenciar a atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o pagamento do prêmio de seguro complementar contra fogo, caso ocorra um sinistro dessa natureza;
- XVI. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA LOCATÁRIA

A LOCATÁRIA obriga-se a:

- I. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste contrato;
- II. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;
- III. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborada quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;
- IV. Comunicar o LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- V. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;
- VI. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;
- VII. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;
- VIII. Entregar imediatamente o LOCADOR os documentos de cobrança de tributos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada à LOCATÁRIA;
- IX. Pagar as despesas ordinárias, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como, por exemplo:
 - a. Consumo de água e esgoto, gás, luz e força das áreas de uso comum;
 - b. Limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum;
 - c. Manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança, de uso comum;
 - d. Manutenção e conservação das instalações e equipamentos de uso comum;
 - e. Manutenção e conservação de porteiro eletrônico e antenas coletivas;
 - f. Pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum;
 - g. Rateios de saldo devedor, salvo se referentes a período anterior ao início da locação;



- h. Reposição do fundo de reserva, total ou parcialmente utilizado no custeio ou complementação de despesas ordinárias, salvo se referentes a período anterior ao início da locação.
- X. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto;
- XI. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que fosse visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;

CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

As benfeitorias necessárias introduzidas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.

Parágrafo primeiro - A LOCATÁRIA fica desde já autorizada a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

Parágrafo segundo - Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retirados pela LOCATÁRIA, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

Parágrafo terceiro - Finda a locação, será o imóvel devolvido o LOCADOR, nas condições em que foi recebido pela LOCATÁRIA, conforme documento de descrição minuciosa elaborada quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO ALUGUEL

O valor do aluguel mensal é de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), perfazendo o valor global por 12 meses de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

Parágrafo primeiro - As despesas ordinárias, bem como os encargos locatícios incidentes sobre o imóvel (água e esgoto, energia elétrica, tributos, etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído contratualmente à LOCATÁRIA, serão suportadas proporcionalmente, em regime de rateio, a partir da data do efetivo recebimento das chaves, após a vistoria e liberação do imóvel para uso.

Parágrafo segundo - O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa após a data de entrega das chaves, pagando LOCADOR e LOCATÁRIA suas respectivas partes da parcela. Caso a LOCATÁRIA a pague na integralidade, a parte de responsabilidade do LOCADOR será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente no pagamento do último aluguel.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento do aluguel será efetuado mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês vencido, em conta do locador, BANCO DO BRASIL, AGÊNCIA 5730-4, CONTA 12715-9, desde que o recibo locatício, ou documento de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SEMED - GNF
FOLHA 63
RUBRICA R

cobrança correspondente, tenha sido apresentado pelo LOCADOR com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo primeiro – Caso a antecedência mínima não seja observada, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis da data da apresentação do recibo locatício ou documento de cobrança correspondente pelo LOCADOR.

Parágrafo segundo - Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação do documento de cobrança, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo terceiro - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, do documento de cobrança apresentado pelo LOCADOR.

Parágrafo quarto - O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade do documento de cobrança apresentado pelo LOCADOR e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo quinto - Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o LOCADOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a LOCATÁRIA.

Parágrafo sexto - Antes do pagamento, a LOCATÁRIA verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento do LOCADOR, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

Parágrafo sétimo - Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo oitavo – O LOCADOR regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo nono - O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente/Poupança, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo LOCADOR, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

Parágrafo dez - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo onze - A LOCATÁRIA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo LOCADOR, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

Parágrafo doze - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o LOCADOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SEMED - GNF
FOLHA 64
RUBRICA 2

desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos.

Parágrafo primeiro – Toda prorrogação de contratos será precedida da comprovação da vantajosidade da medida para a Administração, inclusive mediante a realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

Parágrafo segundo - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo terceiro - Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita à LOCATÁRIA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do término da vigência do contrato, sobre pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO

Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991, ficando desde já autorizada a LOCATÁRIA a proceder à averbação deste instrumento na matrícula do imóvel junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente, correndo as despesas decorrentes por conta do LOCADOR.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTE

Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a seis meses, mediante a aplicação do (**Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI**), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela **Fundação Getúlio Vargas – FGV**, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

SEMED - GNF
FOLHA 65
RUBRICA 2

Parágrafo primeiro - Caso O LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, ocorrerá à preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

Parágrafo segundo – O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato.

Parágrafo terceiro - A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor do aluguel é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA ONZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 02 Poder Executivo

02.12 – Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica - FUNDEB

12.361.0085.2057.0000 – Manutenção e Funcionamento da Educação Básica – FUNDEB 30%

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Saldo Orçamentário R\$ 113.985,00

Valor suplementado Não (X) Sim ()

CLÁUSULA DOZE - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

Parágrafo primeiro - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do LOCADOR, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da LOCATÁRIA ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo segundo – O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo terceiro - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo quarto – O LOCADOR poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

CLÁUSULA TREZE - DAS ALTERAÇÕES



Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA CATORZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato, sujeitará o LOCADOR, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa moratória de até 0,05 (centésimo) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória;
- d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Governador Nunes Freire, pelo prazo de até dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o LOCADOR ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- f) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo primeiro - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas ou profissionais que, em razão do presente contrato:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo terceiro - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



Parágrafo quarto - As multas devidas e/ou prejuízos causados à LOCATÁRIA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura Municipal de Governador Nunes Freire, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

Parágrafo quinto - Caso a LOCATÁRIA determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo mesmo.

Parágrafo sexto - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA QUINZE - MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A LOCATÁRIA, no seu lícito interesse, poderá rescindir este contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta ao LOCADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo primeiro - A rescisão por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidos à LOCATÁRIA, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste instrumento.

Parágrafo segundo - Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

Parágrafo terceiro - Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que ausente a culpa do LOCADOR, a LOCATÁRIA o ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Parágrafo quarto - Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos do inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, a LOCATÁRIA decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo quinto - Na hipótese do parágrafo acima, caso não notifique tempestivamente o LOCADOR, e desde que este não tenha incorrido em culpa, a LOCATÁRIA ficará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 05 (cinco) aluguéis, segundo a proporção prevista no artigo 4º da Lei nº 8.245, de 1991, e no artigo 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato.

Parágrafo sexto - Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
CNPJ – 30.024.417/0001-55
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

maior, etc., a LOCATÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

Parágrafo sétimo - O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente o LOCADOR ou por via postal, com aviso de recebimento.

Parágrafo oitavo - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DEZESSETE - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela LOCATÁRIA, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DEZOITO - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à LOCATÁRIA providenciar a publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DEZENOVE - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Governador Nunes Freire/MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, abaixo assinadas.

Governador Nunes Freire/MA, 07 de JANEIRO de 2022

NILDEMAR MESQUITA LAGO
Secretária Municipal de Educação/FUNDEB
LOCATÁRIO(A)

MARCILENE BRITO RIBEIRO

CPF nº 052.452.383-57

LOCADOR(A)

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022**

PROCESSO nº 2021.12.20.0009. **DISPENSA DE LICITAÇÃO** nº. 005/2022. **OBJETO:** Locação de Imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, a **Sra. MARCILENE BRITO RIBEIRO**, CPF nº **052.452.383-57**. **VALOR TOTAL: R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais)**, para prever o valor mensal da locação em **R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO - 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica - FUNDEB. 12.361.0085.2057.0000 - Manutenção e Funcionamento da Educação Básica - FUNDEB 30%. 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993. Ratificação em: 06/01/2022. **NILDEMAR MESQUITA LAGO** - Secretária Municipal de Educação/FUNDEB. Governador Nunes Freire/MA, 06 de janeiro de 2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022**EXTRATO DE CONTRATO Nº 0701005/2022**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022. OBJETO: Locação de imóvel para o funcionamento do Anexo da Escola de Ensino Fundamental Zé do Brejo, localizada na Avenida Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Zé do Brejo, no município de Governador Nunes Freire/MA, **VALOR TOTAL:** O valor do aluguel mensal é de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), perfazendo o valor global por 12 meses de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO: 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica - FUNDEB. 12.361.0085.2057.0000 - Manutenção e Funcionamento da Educação Básica - FUNDEB 30%. 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **PARTES:** Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB, representada pela **Sra. NILDEMAR MESQUITA LAGO**, pela LOCATÁRIO(A) e a **Sra. MARCILENE BRITO RIBEIRO**, CPF nº **052.452.383-57**, denominado LOCADOR(A). Governador Nunes Freire/MA, 07 de janeiro de 2022. »

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022**

PROCESSO nº 2021.12.20.0007. **DISPENSA DE LICITAÇÃO** nº 006/2022. **OBJETO:** Locação de Imóvel para o funcionamento da Escola de Educação Infantil

Girassol, localizada na Rua São Francisco, nº 22, Bairro JK, no município de Governador Nunes Freire/MA, a **Sra. ANTONIA CARVALHO DE SOUSA**, CPF nº **012.058.733-50**. **VALOR TOTAL: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)**, para prever o valor mensal da locação em **R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO - 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica. 12.365.0085.2073.0000 - Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil - FUNDEB 30%. 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666 de 21/06/1993. Ratificação em: 06/01/2022. **NILDEMAR MESQUITA LAGO** - Secretária Municipal de Educação/FUNDEB. Governador Nunes Freire/MA, 06 de janeiro de 2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022**EXTRATO DE CONTRATO Nº 0701006/2022**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022. OBJETO: Locação de imóvel para o funcionamento da Escola de Educação Infantil Girassol, localizada na Rua São Francisco, nº 22, Bairro JK, no município de Governador Nunes Freire/MA, **VALOR TOTAL:** O valor do aluguel mensal é de R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global por 12 meses de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO - 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica. 12.365.0085.2073.0000 - Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil - FUNDEB 30%. 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **PARTES:** Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB, representada pela **Sra. NILDEMAR MESQUITA LAGO**, pela LOCATÁRIA e a **Sra. ANTONIA CARVALHO DE SOUSA**, CPF nº **012.058.733-50**, denominado LOCADOR(A). Governador Nunes Freire/MA, 07 de janeiro de 2022.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2022**

PROCESSO nº 2021.12.20.0020. **DISPENSA DE LICITAÇÃO** nº. 007/2022. **OBJETO:** Locação de Imóvel para o funcionamento da Escola de Educação Infantil Faixa do Clóvis, localizada na Rua Principal, s/nº, Zona Rural, Povoado Faixa do Clóvis, no município de Governador Nunes Freire/MA, ao **Sr. FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO**, CPF nº **515.747.803-87**. **VALOR TOTAL: R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)**, para prever o valor mensal da locação em **R\$ 300,00 (Trezentos reais)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO - 02 Poder Executivo. 02.12 - Fundo De Manutenção e Desenv. da Educação Básica. 12.365.0085.2073.0000 - Manutenção e

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTA DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<http://governadornunesfreire.ma.gov.br/transparencia/diario>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 7a96cff1ea0ca21b2f7f23dff8d5626fea4fbd3d

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO

